

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Iniciamos o ano de 2020 confiantes em todas as medidas adotadas ao final de 2019 e preparados para um novo ciclo de crescimento da Companhia. Os resultados que estamos obtendo nos primeiros meses de 2020 nos traziam mais confiança ainda na assertividade das ações e do caminho desenhado. Fomos atingidos em março pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Nossa operação - como todo o nosso segmento - foi fortemente impactada, pois tivemos que manter fechadas por longos períodos as nossas lojas. Tomamos ações imediatas para mitigar os efeitos da queda abrupta de receita. Agimos na redução de despesas, ao mesmo tempo em que empenhamos esforços para preservação de empregos, bem como para manter equilibrada nossa cadeia de fornecimento. Equalizamos nossa liquidez financeira e o cronograma de nosso endividamento financeiro, que foi alongado até 2025. Nosso desempenho em 2020 foi limitado pelas deficiências em nossa plataforma de e-commerce. Quando a pandemia foi declarada, estamos operando uma plataforma de e-commerce que apresentava vários problemas desde sua implantação no ano anterior, além de ter diversas limitações por não ter percebido a evolução que o canal online requer, o que limitou nossa atuação online durante os períodos em que as lojas permaneceram fechadas ou com restrições de operação. Suspendemos os contratos de trabalho de grande parte de nosso time de vendas no segundo trimestre de 2020 justamente por não termos a estrutura necessária para que todo o time pudesse atuar remotamente e direcionar as vendas para o e-commerce. Passado o período mais agudo da pandemia no segundo trimestre de 2020, direcionamos nossa atenção para a retomada da estratégia traçada ao final de 2019, tendo a experiência e satisfação do cliente como foco principal. Retomamos e implementamos um conjunto de ações estruturantes focadas em integração digital, eficiência operacional e posicionamento institucional. Tais ações, indicadas no nosso Earnings Release do terceiro trimestre de 2020, visavam a transformação digital de nosso negócio, a integração de nossas vendas online e offline, investimentos em inteligência artificial e data science, revitalização de nossas lojas físicas e evolução do canal B2B, agilidade e redução de lead time, maior aproveitamento de coleções e redução de estoques, convergência das estruturas de coleções e histórico de sucesso das marcas, geração de caixa e melhoria no ciclo operacional, valorização dos colaboradores, com alinhamentos de interesses e difusão da cultura, estruturação de nossa abordagem ESG. Portanto, buscamos fortalecer as bases do negócio, para que pudéssemos, passada a pandemia, retomar a operação de forma estruturada e visando a perpetuação de um negócio rentável e lucrativo. Um ponto chave da transformação digital foi a contratação, no terceiro trimestre de 2020, de uma nova plataforma de e-commerce. Essa é uma solução tecnológica líder em e-commerce B2C, segundo avaliação da Gartner, que está em processo de implantação e entrará em operação nos próximos meses. Paralelamente, implementamos diversas ações para garantir o funcionamento das operações online e resolver os problemas que tivemos, bem como para garantir o atendimento e reduzir a fricção da experiência de compra em toda jornada do cliente. Além de estarmos trabalhando com diversas ações estruturantes, não deixamos de lado os resultados de curto prazo e atingimos em 2020 a projeção de faturamento e superamos a projeção de resultado operacional ajustado divulgadas ao mercado em maio de 2020. E fomos consistentes com nossa estratégia de longo prazo de assegurar maior participação das vendas fullprice no total das vendas. No quarto trimestre, reduzimos as vendas markdown em 48%, enquanto que as vendas fullprice caíram 15%. Com restrições nos horários de atendimento das lojas físicas, o fluxo de clientes nesse trimestre foi 38% inferior ao do quarto trimestre de 2019, mas foi compensado parcialmente pelo crescimento da conversão em 28%. Conseguimos avançar nas frentes que

mencionamos acima e diversos indicadores constantes deste Earnings Release demonstram a evolução positiva e coordenada da nossa operação. Iniciamos 2021 confiantes em todo o trabalho que vem sendo desenvolvido e com os sinais de recuperação da economia global e nacional. Há algumas semanas, nosso segmento e a economia como um todo vêm sendo de novo impactados pelo agravamento dos efeitos da pandemia, com fechamentos de lojas e restrições de operação. O aprendizado de 2020 e as ações estruturantes adotadas nos deixaram mais bem preparados para enfrentar esse novo momento. Isso não seria possível se não fosse a dedicação e atitude de todo o nosso time. Vamos continuar juntos empenhados em oferecer produtos e experiências de excelência aos nossos clientes.
Atenciosamente, A Administração.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Faturamento bruto (excluindo devoluções)
O faturamento bruto (excluindo devoluções) consolidado em 2020 totalizou R\$751,4 milhões, um decréscimo de 39,5% em relação a 2019. A tabela a seguir apresenta a abertura da receita bruta descontadas devoluções entre os canais de distribuição para os períodos indicados:
R\$ milhões Faturamento bruto

	2019	2020	Variação %
Canais de venda	1.243	751	-40
B2C	845	516	-39
Lojas físicas	802	437	-45
Online	43	79	84
B2B	186	122	-34
Outlets	212	114	-46
Lojas Outlets	185	100	-46
Site estoque	27	14	-49

B2C: Em 2020, o faturamento do canal B2C decresceu 39% em relação a 2019 devido, principalmente, pelos efeitos agudos da pandemia. A redução está diretamente relacionada ao número de lojas fechadas e restrição no horário de funcionamento que geraram -38% em fluxo de clientes. Intensificamos a integração entre os canais *online* e *offline*. As vendas digitais cresceram 84,4% e representaram 15% das vendas totais ao consumidor (B2C) no ano. Oferecemos e operamos diversas modalidades de vendas por meios digitais e remotos, tais como vendas por aplicativo, através de *drive thru*, consignadas, dentre outras. **B2B:** O faturamento no canal B2B (Atacado + Outros Canais) no ano decresceu 34%, passando de R\$186 milhões em 2019 para R\$122 milhões em 2020. O canal, apesar dos efeitos negativos da pandemia, apresentou uma recuperação imediata a partir do 3º trimestre e buscou soluções tecnológicas para complementar o resultado no período e finalizou o segundo semestre apenas 10% abaixo do 2º trimestre.
Outlets: Os efeitos adversos da pandemia também foram evidentes nesse canal devido às imposições de restrições de funcionamento, uma vez que o fluxo de lojas é crucial para seu desempenho. As lojas Estoque registraram perda de 46,1% em 2020 em relação a 2019. **Recita Líquida:** Em 2020 ajustado, a receita líquida consolidada foi de R\$598,8 milhões, comparada com R\$941,3 milhões em 2019 ajustado, com queda de 36,4%. **Lucro Bruto:** O lucro bruto consolidado em 2020 foi de R\$295,1 milhões. Executando-se o impacto de R\$36,1 milhões ligados principalmente a provisões de estoques constituídas em linha com estratégia de foco em vendas a preço cheio, a margem bruta comparável com o resultado de 2019 foi de 55,3%, 9p.p. inferior ao período anterior ajustado. **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras (excluindo Despesas com Depreciação, Amortização e Impairment):** As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A), outras receitas e despesas, excluindo-se despesa

com depreciação, amortização e *impairment* em 2020 ajustado, totalizaram R\$306,5 milhões. Comparadas ao total de R\$283,1 milhões em 2019 ajustado, executando os créditos de pis e cofins do ano de 2019 e vendas de ativos, as despesas totalizaram R\$474,5 milhões. Com isso, a redução comparável foi de 35%. Os impactos não recorrentes listados abaixo não tiveram, em sua maioria, efeitos sobre o caixa. No ano de 2020, os ajustes nas despesas decorrentes da pandemia, foram: (i) apropriação de despesas referentes a campanhas futuras de marketing no valor de R\$49 milhões; (ii) constituição de provisão para recebíveis no valor de R\$48 milhões; (iii) R\$7 milhões de gastos com o alongamento do endividamento financeiro; (iv) reconhecimento de *impairment* para fechamento de lojas em 2021 no valor de R\$15 milhões; (v) reconhecimento parcial de *impairment* do ágio na aquisição da Dudalina no valor adicional de R\$915 milhões; (vi) ocorreu em R\$15 milhões referentes a indenizações por rescisões; (vii) R\$3 milhões de outros recebíveis. **EBITDA e Margem EBITDA:** Em 2020, o EBITDA ajustado foi de R\$30,5 milhões, executando-se o impacto de provisões, com margem EBITDA de 5,1%. A tabela a seguir apresenta a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA e o EBITDA Ajustado para os períodos indicados:
(R\$ milhões)

	12M19	12M20	Variação
Lucro líquido	(192.996)	(2.005.084)	938,9%
Imposto de renda e contribuição social	(70.322)	623.800	-987,1%
Resultado financeiro	176.490	125.611	-28,8%
Depreciações, amortizações <i>impairment</i>	175.280	1.129.266	-544,3%
EBITDA	88.452	(126.407)	-242,9%
Provisões	264.110	156.923	n.a.
EBITDA Ajustado	352.562	30.516	-91,3%

Resultado Financeiro, Depreciação e Amortização: A despesa financeira líquida passou de R\$176,5 milhões em 2019 para R\$125,6 milhões em 2020. O resultado de 2020 foi impactado pela redução das taxas de juros. As despesas com depreciação e amortização passaram de R\$152,9 milhões em 2019 ajustado para R\$192,8 milhões em 2020 ajustado. **Lucro Líquido:** Em 2020, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$200,5 milhões e, executando o impacto de R\$1,711 milhões de provisões (sem efeito caixa) e *impairment*, a Companhia obteve um prejuízo ajustado de -R\$293,7 milhões.

ENDIVIDAMENTO

A dívida líquida consolidada passou de R\$794,8 milhões ao final de 2019 para R\$1.402,4 milhões ao final de 2020 com alteração do perfil da dívida para longo prazo.
(R\$ milhões)

	2019	2020
Disponibilidades	478.002	67.445
Empréstimos e Financiamento de curto prazo	(593.465)	(24.939)
Empréstimos e Financiamento de longo prazo	(979.297)	(1.445.004)
Dívida Líquida	(794.760)	(1.402.498)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2010, a Companhia informa que, no exercício de 2020, nossos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes (KPMG), não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - Em milhares de Reais

	Controladora Consolidado				
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas	24	598.604	949.677	598.816	954.083
Custo dos produtos vendidos	25	(303.497)	(495.963)	(303.704)	(500.676)
Lucro bruto		295.107	453.714	295.112	453.407
(Despesas) e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(166.205)	(138.709)	(167.149)	(150.137)
Despesas com vendas	26	(400.330)	(482.276)	(400.504)	(495.909)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(48.437)	(4.571)	(48.437)	(4.607)
Outras receitas	27	19.175	155.980	19.244	157.820
Outras despesas	27	(953.713)	(19.220)	(953.939)	(47.402)
Equivalência patrimonial		(1.289)	(52.325)	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.255.961)	(87.407)	(1.255.673)	(86.828)
Despesas financeiras	28	(130.119)	(191.569)	(130.633)	(192.148)
Receitas financeiras	28	4.526	15.658	4.526	15.658
		(125.593)	(175.911)	(125.611)	(176.490)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(1.381.284)	(263.318)	(1.381.284)	(263.318)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	(623.800)	70.322	(623.800)	70.322
Resultado do exercício		(2.005.084)	(192.996)	(2.005.084)	(192.996)
Resultado por ação do exercício - básico		-	-	(29.121)	(3.690)
Resultado por ação do exercício - diluído		-	-	(29.120)	(3.690)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - Em milhares de Reais

	Controladora Consolidado				
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão		(521)	(450)	(521)	(450)
		(521)	(450)	(521)	(450)
Resultado abrangente do exercício		(2.005.605)	(193.446)	(2.005.605)	(193.446)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - Em milhares de Reais

	Controladora Consolidado				
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(1.381.284)	(263.318)	(1.381.284)	(263.318)
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos impostos ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	13 e 14	198.886	151.112	198.886	160.305
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de imobilizado e intangível	13 e 14	930.380	-	930.380	14.975
Resultado na venda/Baixa do imobilizado		-	(24.160)	-	(24.160)
Perdas não realizadas com derivativos		-	(2.509)	-	(2.509)
Provisão para contingências	22	9.029	11.037	9.029	11.037
Despesas de juros	32	81.340	118.486	81.340	118.486
Variação cambial		-	66	-	66
Constituição para perda esperada de recebíveis comerciais	9	48.437	4.571	48.437	4.607
Constituição para perda esperada de estoque	10	36.147	160.675	36.147	163.409
Provisões diversas		-	7.353	-	19.175
Provisão para devoluções		-	11.111	-	11.111
Plano de opções de compra de ações	23	119	267	119	267
Juros de arrendamentos	20	15.611	19.185	15.611	19.745
Equivalência patrimonial	12	1.288	52.325	-	-
		(60.047)	246.201	(61.335)	233.196
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	13	(10.022)	(26.357)	(10.022)	(34.317)
Aquisição de intangível	14	(69.628)	(68.155)	(69.628)	(92.151)
Venda de ativo imobilizado		-	25.000	-	25.000
Investimentos em títulos e valores mobiliários	8	(435)	(10.796)	(435)	(10.796)
Aportes de capital em investida	12	(10.114)	(26.074)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(90.199)	(126.422)	(80.085)	(112.284)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	32	369.402	873.511	369.402	873.511
Captação de empréstimo: mútuo com partes relacionadas		-	50.018	-	50.018
Pagamento de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	32	(226.387)	(713.940)	(226.387)	(713.940)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas	32	(27.193)	(104.657)	(27.193)	(104.657)
Dividendos pagos		-	(24.554)	-	(24.554)
Mútuos pagos - partes relacionadas	32	(50.000)	-	(50.000)	-
Aumento de capital social		-	249.620	-	249.620
Pagamento de arrendamentos	20	(71.357)	(64.302)	(71.357)	(68.280)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		(5.535)	265.696	(5.535)	261.718
Efeito de variação cambial pela conversão de investimentos no exterior	12	-	-	(521)	(450)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(410.699)	219.984	(410.992)	219.471
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		466.776	246.792	467.206	247.735
No final do exercício		56.077	466.776	56.214	467.206
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(410.699)	219.984	(410.992)	219.471
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - Em milhares de Reais

	Controladora Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	721.873	1.381.684	722.116	1.386.080
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	751.135	1.238.213	751.378	1.242.620
Outras receitas	19.175	148.042	19.175	148.091
Constituição para perda esperada de recebíveis comerciais	(48.437)	(4.571)	(48.437)	(4.631)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(455.136)	(617.836)	(456.524)	(642.310)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(265.700)	(435.396)	(265.907)	(440.109)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(94.271)	(125.728)	(95.452)	(145.941)
Outros custos	(95.165)	(56.712)	(95.165)	(56.712)
Valor adicionado bruto	266.773	763.848	265.592	743.768
Depreciação e amortização	(194.778)	(145.816)	(194.778)	(169.336)
<i>Impairment</i>	(930.380)	-	(930.380)	-
Valor adicionado líquido	(858.421)	618.032	(859.566)	574.432
Valor adicionado recebido em transferência	3.238	(36.667)	4.526	15.658
Resultado de equivalência patrimonial	(1.288)	(52.325)	-	-
Receitas financeiras	4.526	15.658	4.526	15.658
Valor adicionado total a distribuir	(855.183)	581.365	(855.040)	590.090
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração direta	855.183	(581.365)	855.040	(590.090)
Benefícios	(138.336)	(21.181)	(138.336)	(218.213)
FGTS	(9.982)	(16.007)	(9.982)	(16.807)
FGTS	(9.982)	(16.007)	(9.982)	(16.807)
Impostos, taxas e contribuições	(811.215)	(273.994)	(811.246)	(274.788)
Federais	(17.839)	(24.627)	(17.839)	(24.853)
Estaduais	(102.166)	(199.760)	(102.197)	(199.762)
Municipais	(6.842)	(7.220)	(6.842)	(8.012)
Remuneração de capitais de terceiros	(172.549)	(247.952)	(172.661)	(248.625)
Juros	(130.119)	(191.569)	(130.137)	(192.148)
Alugáveis	(42.430)	(56.383)	(42.524)	(56.477)
Remuneração de capitais próprios	2.005.084	1		

defluid. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e a reversão em si; • diferença temporária não será revertida até que a diferença temporária seja revertida; • diferença temporária decorrente do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e refletindo a melhor estimativa da relação entre as diferenças temporárias e os impostos e passivos fiscais diferidos resultantes das consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (f) **Estoque:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição e formação. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. (g) **Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis médias estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, no individual e no consolidado, são as seguintes:

• Móveis e utensílios	10 anos
• Máquinas e equipamentos	20 anos
• Instalações	10 anos
• Veículos	5 anos
• Equipamentos de informática	5 anos
• Outros ativos (i)	5 anos
• Beneficiários em imóveis de terceiros	(ii)
• Direito de uso e arrendamento (terrenos)	(iii)

(i) Conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, referem-se aos cabides, manequins e ferramentas. (ii) O período de amortização varia de acordo com a vida útil estimada ou de acordo com o contrato de locação, dos dois o menor. (iii) O período de amortização varia de acordo com o contrato de locação. (h) **Ativos intangíveis e ágio: (i) Reconhecimento e Mensuração:** Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **Gastos com desenvolvimento de coleção:** Os gastos com desenvolvimento de coleções são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção de concluir o projeto. Os custos subsequentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. **Implantação e licença de software:** Mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **Fundo de comércio:** O fundo de comércio é um direito adquirido com terceiros, fundamentado na existência de um ponto comercial onde se localizam as Lojas da Companhia e de sua Controlada. Trata-se de um ativo intangível comercializável que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo e por este motivo não são amortizados. A Companhia realiza teste de recuperação dos valores destes ativos anualmente a fim de monitorar a probabilidade de realização dos mesmos. Baseado em estimativas de crescimento definidas pela Administração, o valor recuperável é calculado pelo método de fluxo de caixa descontado. (ii) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis médias estimadas do ativo intangível, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, no individual e no consolidado, são as seguintes:

• Desenvolvimento de coleção	6 a 8 meses
• Implantação e licença de software	5 anos

Os métodos de amortização, os valores úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados quando se torna necessário. (j) **Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração:** **Inicial:** O contábil a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que os recebíveis foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados para o modelo de negócios em vigor na data de apresentação das demonstrações. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual a Companhia gerencia e avalia os ativos financeiros fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros administrativos, assim como o margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar os fluxos de caixa contratuais, não somente os pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera, quando aplicável: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (iii) **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido e o valor residual do instrumento de dívida anterior é considerado um ativo financeiro. (iv) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados se reconhecidos no resultado. (v) **Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (f) Segmentos operacionais:** A Administração entende que a divulgação de segmentos operacionais não é aplicável às atividades da Companhia, pois efetua o monitoramento de suas atividades, avaliação de desempenho e tomada de decisão para alocação de recursos de loja (e não de segmentos operacionais), o que equivale a dizer que a Companhia opera em um único segmento para fins de tomada de decisão. (k) **Capital social: (i) Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos no resultado. Efeitos de custos adicionais relacionados a 12 meses de exercício de ações dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12. (veja nota explicativa 6.4). (ii) **Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos:** **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver em inadimplência. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias e não possui garantia real. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** A Companhia adota os seguintes critérios para constituição de perdas sobre créditos: a) Vendas no varejo por meio de cartões de créditos: representam a maior parcela das vendas da Companhia (mais de 80%, considerando lojas físicas e e-commerce). Para estas recebíveis, a Companhia entende não se fazer necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, uma vez que o risco de crédito é transferido às administrações de cartões. Estas, por sua vez, possuem categoria de rating de crédito AAA avaliadas pelas principais agências de rating internacional, de modo que o valor de uma possível provisão seria ínfimo. b) Clientes multimarcas de vendas online: representam a maior parcela das vendas da Companhia. Os clientes são avaliados de maneira individualizada, considerando o histórico de inadimplência e de relacionamento com a Companhia. Uma vez identificado risco de recebimento, uma provisão é constituída para fazer face a perda esperada, a qual considera a vida esperada dos recebíveis, geralmente inferiores a 12 meses. c) Vendas no atacado para outros clientes. A Companhia possui uma carteira com mais de 5.000 clientes no atacado. Considerando a baixa concentração da carteira, a Companhia adota como prática o seguinte critério: baseada em percentual histórico de perdas efetivas para o conjunto desses clientes, é constituída provisão sobre os montantes em aberto a receber, a partir da aplicação de taxa de perda esperada. Esta taxa é calculada por meio da divisão do montante registrado como perda efetiva pelo total de vendas para estes clientes. Este índice, por sua vez, é anualmente revisado pela Administração, a menos que se identifique a necessidade de revisão em intervalos menores de tempo. Esta taxa é aplicada sobre o valor total descontado e considera sua vida útil permitida de 90 dias. (ii) **Ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.** Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas de crédito esperadas é considerada uma perda de crédito e é apresentada em uma linha de crédito no balanço patrimonial. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. (ii) Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (texto esteques e impostos diferidos) para avaliar se há uma indicação de valor recuperável. Caso ocorra uma indicação de valor recuperável, o valor recuperável é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução do valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado ao conjunto das UGCs que se espera se beneficiar das sinergias da combinação, que incluem as lojas próprias da marca Dudalina e a estrutura organizacional dedicada ao atendimento do mercado de multimarcas. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do conjunto das UGCs pertencentes à Dudalina. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável. Perdas por redução do valor recuperável são

reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a Companhia de UGCs, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da Companhia de UGCs de forma pro rata. Uma perda por redução do valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução do valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso o preço de valor não tivesse sido formalizado como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos do valor recuperável dos ativos imobilizado no montante de R\$14.893 e um Impairment parcial do ágio por expectativa de rentabilidade futura referente à aquisição da Dudalina S.A. e baixa parcial de créditos relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, decorrente da revisão das projeções de resultados futuros impactadas de forma significativa pelo atual cenário da Covid19, conforme mencionado nas notas explicativas 14 e 28, respectivamente. (m) **Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. (l) **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Reconhecidas quando a Companhia e/ou a Controlada têm uma obrigação presente ou futura não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos contratados pela Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, não materialização, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 22. (ii) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantia real ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. (iii) **Provisão para perdas em estoques:** A provisão para perdas dos estoques é estimada com base na rotatividade histórica das matérias primas e produtos acabados. • Matérias primas: são integralmente provisionados os itens com rotatividades iguais ou superiores a 360 dias, cuja utilização para fabricação de novas coleções não é provável. • Produtos acabados: foram provisionados os itens referentes às coleções passadas através da aplicação de percentual de, aproximadamente, 80% sobre os saldos contábeis de coleções anteriores ao segundo semestre de 2020. A expectativa de não realização leva em consideração o estágio do ciclo do produto (lançamento, liquidação, canal de outlet e fase de realização). Este critério tem o intuito de eliminar os estoques de coleções passadas. (n) **Tendimentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou não um contrato de arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. (i) **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos de impostos incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução do valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento decorrentes de alterações de preço de mercado. O passivo de arrendamento é mensurado ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início. (o) **Mensuração do Valor Justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Algumas políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros (veja nota explicativa 6). Quando o custo de aquisição de um ativo ou o valor justo de um instrumento utilizado no preço cotado no mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorporava todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial não é o preço de compra e o valor justo não é evidenciado pelo preço cotado no mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação a mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. (p) **Subvenção e assistências governamentais:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, desde que atendidos os requerimentos do CPC 07/IAS 20 - Subvenções e Assistências Governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimento foram registradas no resultado do exercício na rubrica de impostos de sobre vendas, e são transferidas às reservas de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, no final do exercício, líquida de efeitos tributários.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas Uma série de novas normas serão aplicadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas e alterações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: • **Contratos Onerosos:** Custos para cumprir um contrato de operações ao CPC 25/IAS 37. • **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).** • **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). • **Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).** • **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)**

8. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	815	903	815	907
Bancos - Moeda nacional	2.395	2.839	2.395	2.839
Bancos - Moeda estrangeira	-	-	137	426
Total das disponibilidades	3.210	3.742	3.347	4.172
Certificado de depósito bancários (i)	7.847	399.579	7.847	399.579
Operações compromissadas com lastro em debêntures	45.020	63.455	45.020	63.455
Total das aplicações financeiras	52.077	463.034	52.817	463.034
	55.887	466.776	56.287	467.206

(i) As aplicações financeiras correspondem substancialmente a Certificados de Depósito Bancários não remunerados e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: • **Contratos Onerosos:** Custos para cumprir um contrato de operações ao CPC 25/IAS 37. • **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).** • **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). • **Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).** • **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)**

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Administradora de cartões de crédito	56.360	4.500	56.369	4.506
Clientes - pessoa jurídica	80.854	78.308	80.854	78.344
Clientes - partes relacionadas	-	5.555	-	-
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	(18.976)	(4.571)	(18.976)	(4.607)
	118.238	83.792	118.247	78.243

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	114.692	83.792	114.701	78.243
Não circulante	3.546	-	3.546	-
	118.238	83.792	118.247	78.243

O saldo de "clientes - pessoa jurídica" está representado, substancialmente por distribuidores multimarcas de vendas online e por vendas no atacado para diversos clientes com perfis de risco similares entre eles. A Companhia realizou operações de cessão de crédito sem direito de regresso ou cobrigação de valores a receber de crédito, durante o exercício de 2019. Os descontos aplicados relacionados a essas operações de cessão de crédito foram tratados como despesas financeiras. As informações a seguir mostram o valor contábil do contas a receber cedido e desreconhecido:

	Controladora e Consolidado			
	2020	2019		
Valor contábil do contas a receber cedido para bancos	-	71.382		
A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:				
	Controladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	106.399	77.509	106.408	71.953
Encerrados	30.815	10.864	30.815	10.897
Até 30 dias	7.245	3.866	7.245	3.909
De 31 a 60 dias	8.727	690	8.727	690
De 61 a 90 dias	4.437	5.167	4.437	5.167
Acima de 91 dias	10.642	1.131	10.642	1.131
	137.214	88.363	137.223	82.850

A movimentação da estimativa para perda está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.571)	(4.607)	(4.571)	(4.607)
Adição no exercício (i)	(48.437)	(48.437)	(48.437)	(48.437)
Realização do exercício (ii)	34.032	34.036	34.032	34.036
Saldo em 31 de dezembro 2020	(18.976)	(18.976)	(18.976)	(18.976)

A realização de provisão se refere à baixa de títulos considerados incobráveis, após finalizados todos os procedimentos de cobrança. (ii) Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, durante o exercício de 2020 a Companhia realizou um conjunto de análises dos impactos causados pela crise da Covid-19 e identificou significativo aumento no risco de crédito de sua carteira de clientes relativas ao canal de atacado (multimarcas), resultando na constituição de provisão para perda esperada de seu contas a receber no montante total de R\$48.437.

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	213.071	243.006	213.071	243.652
Matérias-primas	52.511	38.317	52.511	38.317
Mercadorias em poder de terceiros	7.861	10.419	7.861	10.419
Produtos em elaboração	3.193	12.662	3.193	12.662
Importações em andamento	2.055	516	2.055	516
Embalagens	5.614	6.121	5.614	6.121
	284.305	311.041	284.305	311.687

A movimentação da estimativa para perda está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(160.675)	(163.409)	(160.675)	(163.409)
Adição no exercício	(36.147)	(36.147)	(36.147)	(36.147)
Realização do exercício	144.824	147.558	144.824	147.558
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(51.998)	(51.998)	(51.998)	(51.998)

Referente ao estoque de produto acabado, em 31 de dezembro de 2020 foi constituída a provisão no montante de R\$36.147 com o intuito de eliminar os estoques de coleções passadas (em dezembro de 2019, foi constituída provisão nos montantes de R\$132.100 e R\$134.834 (na controladora e no consolidado)), respectivamente. Com relação a matéria-prima, em 31 de dezembro de 2019, foi constituída provisão para fazer face a perdas prováveis futuras decorrentes da não utilização de estoques de matéria-prima constituída de R\$25.576 (na controladora e consolidado), esta provisão foi atualizada para 2020 e saldo é de R\$15.85

(i) Referentes às beneficiárias em lojas, as quais são precarizadas de acordo com a vida útil ou prazo contratual, de ambos, o menor. (ii) Referentes a manequins, cabides e correlatos. (iii) Refere-se à redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos relativos à Restoque International LLC, cujas atividades foram encerradas em janeiro de 2020, conforme nota explicativa 12. Em dezembro de 2020 na controladora ocorreu a redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos relativos a fechamentos de lojas previstas para 2021, conforme mencionado na nota explicativa 1. (iv) Refere-se à adoção inicial do CPC 6 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, conforme nota explicativa 6.1. Esses direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamento de imóveis.

14. Intangível

		Controladora		Consolidado	
Vida útil	Custo	31/12/2019	Adições	Impairment	Saldo em 31/12/2020
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	216.058	33.986	-	250.044
Definida	Implantação e licença de software (ii)	77.308	35.642	-	112.950
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	138.092	-	-	138.092
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	90.983	-	-	90.983
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (v)	1.621.773	-	(915.487)	706.286
		2.144.214	69.628	(915.487)	1.298.355

		Controladora		Consolidado	
Vida útil	Amortização	31/12/2019	Adições	Impairment	Saldo em 31/12/2020
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	(156.862)	(85.863)	-	(242.725)
Definida	Implantação e licença de software (ii)	(37.324)	(14.615)	-	(51.939)
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	-	-	-	-
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	-	-	-	-
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (v)	-	-	-	-
		(194.186)	(100.478)	-	(294.664)
		1.953.773	(30.850)	(915.487)	1.007.436

		Controladora		Consolidado	
Vida útil	Custo	31/12/2018	Adições	Impairment	Saldo em 31/12/2019
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	155.641	60.417	-	216.058
Definida	Implantação e licença de software (ii)	53.500	23.748	-	77.308
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	219.004	3.899	-	222.903
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	90.482	500	-	90.983
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (v)	1.621.773	-	-	1.621.773
		2.056.059	88.154	-	2.144.213

		Controladora		Consolidado	
Vida útil	Amortização	31/12/2018	Adições	Impairment	Saldo em 31/12/2019
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	(101.230)	(51.886)	-	(153.116)
Definida	Implantação e licença de software (ii)	(28.338)	(8.986)	-	(37.324)
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	-	-	-	-
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	-	-	-	-
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (v)	-	-	-	-
		(129.568)	(60.872)	-	(190.440)
		1.926.491	27.282	-	1.953.773

		Controladora		Consolidado	
Vida útil	Custo	31/12/2018	Adições	Impairment	Saldo em 31/12/2019
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	155.641	64.162	-	219.803
Definida	Implantação e licença de software (ii)	53.702	23.999	(394)	77.307
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	134.603	3.489	-	138.092
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	90.482	500	-	90.982
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (v)	1.621.773	-	-	1.621.773
		2.056.201	92.150	-	2.148.351

		Controladora		Consolidado	
Vida útil	Amortização	31/12/2018	Adições	Impairment	Saldo em 31/12/2019
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	(101.230)	(56.630)	-	(157.860)
Definida	Implantação e licença de software (ii)	(28.343)	(9.079)	98	(37.324)
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	-	-	-	-
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	-	-	-	-
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (v)	-	-	-	-
		(129.573)	(64.709)	98	(194.184)
		1.926.628	27.441	(296)	1.953.773

(i) Referem-se aos gastos específicos incorridos no desenvolvimento de futuras coleções, os quais são amortizados pelo período de comercialização destas (geralmente entre 6 e 8 meses). (ii) Amortização efetuada pelo período de 60 meses. (iii) Referem-se, substancialmente, ao custo de aquisição das marcas Bo.Bó, John John, Rosa Chá, Dudalina e Motor Oil. (iv) Refere-se a valor de luvas pagas aos proprietários dos pontos comerciais e cuja vida útil foi classificada pela Companhia como indefinida, já que a sua recuperação se dará quando da rescisão contratual pela Companhia ou da eventual alienação, quando aplicável, dos pontos comerciais, ou pela sua redução ao valor recuperável. (v) O montante de R\$ 1.621.773 é composto por R\$ 1.603.957 referente à operação de combinação de negócios ocorrida em 2024, decorrente da aquisição da Dudalina S.A., R\$ 13.213 referente à operação de combinação de negócios ocorrida em 2011, decorrente da aquisição da Foose Cool Jeans Ltda., empresa detentora da marca John John, e R\$ 4.603, referente à operação de combinação de negócios referente à aquisição das empresas CF Comércio de Roupas Ltda., R\$ Recife Comércio de Roupas Ltda. e Mar Comprado do Vestuário Ltda. Todas essas empresas foram incorporadas pela Controladora. Conforme mencionado na nota explicativa 12 durante o exercício de 2020 foi realizado um conjunto de análises devido à crise da Covid-19 e foi identificada uma perda do valor recuperável do ágio por rentabilidade futura no montante de R\$915.487 referente ao ágio da aquisição da Dudalina. (vi) Refere-se à redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos relativos à Restoque International LLC, cujas atividades foram encerradas em janeiro de 2020, conforme nota explicativa 12. **Teste de recuperação do valor recuperável de ativos (impairment):** A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos ativos com vida útil indefinida utilizando inicialmente o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxos de caixa descontados. Em caso de apuração de valor inferior ao valor contábil, é feita também a apuração do preço líquido de venda para finalmente determinar se há perda a registrar. Devido aos impactos econômicos e financeiros causados pela Covid-19 em março de 2020 a Companhia em atendimento ao Ofício Circular nº 02/20 emitido pela CVM, revisou as suas projeções de resultados futuros que foram fortemente impactadas e analisou a recuperação do valor contábil dos ativos a luz do novo cenário. A Companhia considerou na revisão mencionada acima, basicamente, as lojas como unidades geradoras de caixa e a elas foram atribuídas os intangíveis com vidas úteis indefinidas para teste de valor recuperável. O valor recuperável foi determinado por meio de projeções de fluxos de caixa das unidades geradoras de caixa que foram descontados a uma taxa de 10,1% a.a. (10,0% a.a. em 2019), nominal, antes dos impostos, bem como considerou taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 6,0% a.a. para as demais lojas Restoque (5,0% a.a. em 31 de dezembro de 2019) e 6,6% a.a. para lojas Dudalina (5% a.a. em 31 de dezembro de 2019) para o período de projeção. Como resultado dessa análise, não foi identificada a necessidade de redução do valor recuperável para nenhuma das lojas. Como complemento da análise acima mencionada, a Companhia revisou o teste acima e registrou provisão para redução do valor recuperável pelo valor de R\$14.893, em dezembro de 2020, em razão da decisão tomada nesta ocasião pela Administração de encerramento das atividades de lojas em 2021. Veja comentário na nota explicativa 1 - Contexto operacional. **Teste de recuperabilidade do ágio da aquisição da Dudalina:** A Restoque, em 21 de novembro de 2014, adquiriu 100% das ações de emissão da Dudalina, quando então a Dudalina passou a ser subsidiária integral da Restoque. Após a aplicação do método de combinações de negócios foi apurado um ágio no montante de R\$1.603.957. O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação, conforme mencionado na nota explicativa 6. (veja nota explicativa 7 do exercício findo em 31 de dezembro de 2019). Devido aos impactos econômicos e financeiros causados pela Covid-19 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia em atendimento ao Ofício Circular nº 02/20 emitido pela CVM, revisou as suas projeções de resultados futuros que foram fortemente impactadas e analisou a recuperação do valor contábil dos ativos a luz do novo cenário. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

		Controladora		Consolidado	
Em percentual		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto		11,7%	10,3%		
Taxa de crescimento na perpetuidade		3,4%	3,5%		
Taxa Composta Anual de Crescimento (em inglês CAGR)		5,4%	7,7%		
A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos baseada no WACC (weighted average cost of capital), ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistêmico específicos da UGC. Uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3,4% foi determinada pela soma da estimativa do produto interno bruto (PIB) e a inflação projetada pela Administração. O crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, nível de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento utilizadas consideram um CAGR de 15,4% a.a. (7,7% a.a. em 31 de dezembro de 2019) levando em conta um histórico de 10,5% a.a. (10,5% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A taxa de crescimento considerada na perpetuidade foi de 3,2% a.a. (3,5% a.a. em 31 de dezembro de 2019). Como resultado dessa análise, foi identificada a necessidade de redução do valor contábil ao valor recuperável para UGC no montante de R\$915.487, a qual foi reconhecida no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais.					

15. Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos - Moeda Nacional (i)		-	289.689	-	289.689
Empréstimos - Moeda Estrangeira		-	-	-	-
Custo de Transação		-	(3.580)	-	(3.580)
		-	286.109	-	286.109
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		237.834	-	237.834	-
Não Circulante		48.275	-	48.275	-
		286.109	-	286.109	-

(i) Em junho de 2020 a dívida junto ao FINEP foi integralmente liquidada. Em função da homologação do Acordo detalhado na nota explicativa 1.2 - Efeitos COVID-19, os demais passivos financeiros de empréstimos e financiamentos foram convertidos e transferidos para rubrica "Debêntures", por estarem abrangidos no acordo que resultou na emissão das debêntures que substituíram esta dívida.

16. Debêntures

Conforme mencionado na nota explicativa 1.2 - Efeitos Covid, em 04 de junho de 2020 a Companhia celebrou um plano de recuperação extrajudicial ("Acordo"), aplicável a todos os seus credores financeiros. Em 26 de setembro de 2020 o plano de recuperação extrajudicial foi devidamente homologado. Após a homologação do Acordo, as dívidas financeiras da Companhia seguiram os novos termos e condições acordados e passaram a ser aplicáveis a todos os credores financeiros da Companhia e foram convertidas em debêntures e emitidas nos termos do Plano. Para maiores detalhes, nota explicativa 1.2. A tabela abaixo demonstra os detalhes da dívida homologada convertida em Debêntures:

		1ª Série		2ª Série	
Valor total		Até R\$605.600		R\$380.353	
Garantia	Quirografia, sem garantia		Quirografia, sem garantia		
Início	Junho de 2020		Junho de 2020		
Vencimento	Junho de 2025 (5 anos)		Junho de 2025 (5 anos)		
	Pagamento trimestral a partir de 30 de junho de 2023		Pagamento trimestral a partir de 30 de junho de 2023		
Amortização	100,00% CDI + 2,7% a.a.		100,00% CDI + 2,9% a.a.		
Remuneração	100,00% CDI + 2,7% a.a.		100,00% CDI + 2,9% a.a.		
Pagamento da remuneração	30 de dezembro de 2021		30 de dezembro de 2021		
Saldo em 31/12/2020		619.577		850.366	

A tabela a seguir demonstra o cronograma de amortização da dívida reestruturada:

		Valor de amortização	
Parcela	Data de amortização	Primeira Série	Segunda Série
1ª Juros capitalizado	30/12/2021	2.188	3.128
2ª Juros capitalizado	30/03/2022	4.110	5.874
3ª Juros capitalizado	30/06/2022	4.110	5.874
4ª Juros capitalizado	30/09/2022	4.110	5.874
2ª Principal	30/06/2023	19.982	9.991
3ª Principal	30/12/2023	19.982	9.991
4ª Principal	30/03/2024	19.982	9.991
5ª Principal	30/06/2024	37.466	34.669
6ª Principal	30/09/2024	37.466	34.669
7ª Principal	30/12/2024	37.466	34.669
8ª Principal	30/03/2025	37.466	34.669
9ª Principal	30/06/2025	675.267	850.366
	Total	619.577	850.366

Os vencimentos de curto e longo prazos das debêntures estão conforme demonstrados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Circulante		24.939	-	24.939	-
Não Circulante		1.445.004	631.022	1.445.004	631.022
		1.469.943	986.653	1.469.943	986.653

O montante registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 apresenta o seguinte cronograma de vencimento:

		Controladora e consolidado	
Ano de vencimento		31/12/2019	31/12/2020
2022		10.329	-
2023		89.919	-
2024		246.378	-
2025		1.089.985	-
		1.445.004	-

Os custos de transação incorridos na captação dos recursos estão reduzindo os saldos de debêntures, evidenciando o valor líquido captado. Esses custos incorridos são amortizados pelo prazo de vencimento das debêntures. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia amortizou o montante de R\$10.112 (R\$5.621 em dezembro de 2019) relativos aos custos de transação. **Principais cláusulas de vencimentos antecipados (covenants):** As Debêntures possuem as seguintes principais cláusulas de vencimento antecipado, conforme previstas na Escritura negociada no âmbito do Acordo: • Alienação de participações societárias, ou de ativos intangíveis, físicos e/ou imobilizados que correspondam, no mínimo, de maneira individual ou agregada a 20% (vinte por cento) do EBITDA; • Resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, empréstimos, mútuos ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas exclusivamente caso a Companhia esteja (a) em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias em relação às Debêntures; ou (b) com índice financeiro Dívida Financeira Líquida/EBITDA, superior a 1,5 vezes, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas anuais da Companhia; • Deixar de realizar o resgate integral das Debêntures da Primeira Série no dia 30 de junho subsequente ao encerramento do respectivo exercício financeiro, caso o índice calculado pela divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA, seja inferior a 2,0 (duas) vezes, conforme apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas anuais da Companhia. • Aumento de capital de, no mínimo, R\$150.000 até 31 de dezembro de 2021.

17. Fornecedores

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais (i)		113.098	312.349	113.098	312.349
Fornecedores estrangeiros		2.924	3.179	3.062	5.444
		116.022	315.528	116.160	317.793

(i) Esta rubrica inclui saldo de fornecedores que fizeram cessão de seus recebíveis com terceiros, sem alteração dos termos comerciais (confirming), no montante de R\$21.223 em dezembro de 2020 (R\$42.293 em dezembro de 2019). Estes valores estão contidos nas movimentações de saldos de fornecedores na demonstração dos fluxos de caixa. Representado principalmente por contas a pagar decorrentes de compras de produtos acabados, insumos utilizados na produção, como tecidos, aviamentos e outros, e prestação de serviços referentes à confecção de produtos.

18. Obrigações tributárias

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS		37.052	50.273	37.052	50.273
Outros		837	917	837	963
		37.889	51.190	37.889	51.236
Circulante		25.403	41.834	25.403	41.880
Não circulante		12.486	9.356	12.486	9.356
		37.889	51.190	37.889	51.236

19. Obrigações trabalhistas

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar		7.782	9.799	7.782	9.799
IR sobre Folha		2.765	3.726	2.765	3.726
Obrigações previdenciárias - FGTS/INSS		5.621	9.900	5.621	9.900
Obrigações para encerramento de lojas		5.633	4.894	5.633	4.894
Provação - férias, 13º salário e encargos		21.228	20.411	21.228	20.571
Outros		293	416	293	416
		43.222	49.306	43.222	49.306

20. Arrendamentos

A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis onde estão localizadas suas lojas, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 4 anos. Os contratos de arrendamento são reajustados anualmente pelo IGP-M para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel que são baseados em volume de receita auferido pela loja. Para certos arrendamentos, a Companhia é impedida de entrar em qualquer contrato de subarrendamento. A Companhia também arrenda equipamentos de informática, com prazos de contrato que variam de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

		Taxa de desconto média anual	
		31/12/2020	31/12/2019
1		4,37%	-
2		4,04%	-
3		4,05%	-
4		3,71%	-
5		3,33%	-
6		3,55%	-
7		3,63%	-
8		3,40%	-

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo.

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento em 31/12/2018		12.416	-	12.416	-
Adição por adoção CPC 06 (R2)/IFRS 16 (nota 6)		240.970	-	266.433	-
Passivo de arrendamento em 01/01/2019		253.386	-	278.849	-
Adições de novos contratos		784	-	784	-
Baixa por rescisões contratuais (i)		-	(22.045)	-	(22.045)
Amortização		(64.302)	-	(68.525)	-
Juros apropriados		19.185	-	19.990	-
Passivo de arrendamento em 31/12/2019		209.053	-	209.053	-
Adições de novos contratos		16.617	-	16.617	-
Amortização		(71.357)	-	(71.357)	-
Juros apropriados		15.611	-	15.611	-
Baixa por rescisões contratuais (i)		(4.925)	-	(4.925)	-
Passivo de arrendamento em 31/12/2020		166.999	-	166.999	-

(i) A baixa do direito de uso refere-se à interrupção de contratos de aluguel das lojas da Companhia

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		58.317	58.918	58.317	58.918
Não circulante		108.682	150.135		

o preço de compra para fins contábeis e para fins fiscais são, conceitualmente, distintas, de modo que adotamos dois tratamentos distintos, embora resultassem de efeitos derivados de uma mesma transação. O ágio fiscal apurado, no momento da transação, pode ser descrito como segue:

	R\$ mil
Valor pago pela aquisição do controle (a)	1.784.299
Patrimônio líquido contábil - Dudalina (b)	137.203
Valor do ágio para fins fiscais (a - b)	1.647.096

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Restoque optou por não retroagir na adoção da Lei nº 12.973/14 e, dessa forma, essa aquisição deve ser observada no contexto do RTT. A Lei nº 12.973/14 basicamente equipara os tratamentos contábil e fiscal do ágio, ou seja, determina que para fins fiscais seja feita também a alocação do preço de compra reconhecendo os valores justos de ativos e passivos identificáveis, tal como previsto no CPC 15. O artigo 65 da Lei nº 12.973/14 prevê que, no caso de incorporações feitas até 31 de dezembro de 2017 e desde que a aquisição tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, o tratamento fiscal anterior (Lei nº 9.532/97) seja adotado. Esse é exatamente o caso da aquisição da Dudalina. **ii) Cronograma de realização dos tributos diferidos:** O montante registrado no ativo diferido líquido em 31 de dezembro de 2020 apresenta o seguinte cronograma previsto de realização:

Valor	
2026	920
2027	17.195
2028	29.878
2029	34.137
2030	38.812
	120.942

A conciliação da despesa calculada pela alíquota combinada e da despesa de imposto de renda e contribuição social do resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos impostos	(1.381.284)	(263.318)	(1.381.284)	(263.318)
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	469.636	89.528	469.636	89.528
Adições permanentes	(356)	(259)	(356)	(259)
IRPJ e CSLL sobre baixa de ágio por impairment	(311.266)	-	(311.266)	-
Reversão do IRPJ e CSLL constituído sobre o ágio por não recuperabilidade	(442.115)	-	(442.115)	-
Reversão e não constituição do IRPJ e CSLL por não recuperabilidade do prejuízo fiscal	(339.261)	-	(339.261)	-
Equivalência Patrimonial	(438)	(17.790)	-	-
Tributos diferidos de subsidiárias	-	-	(438)	(17.790)
Outras	-	(1.157)	-	(1.157)
	(623.800)	70.322	(623.800)	70.322

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do Exercício	623.800	(70.322)	623.800	(70.322)

Alíquota efetiva - % -45% 27% -45% 27%

Conforme mencionado na nota explicativa 1 de Contexto operacional, durante o exercício de 2020 devido aos impactos econômicos e financeiros causados pela Covid-19, a Companhia em atendimento a instrução da CVM 02 de 2020, revisou as suas projeções de resultados tributáveis futuros que foram fortemente impactadas e concluiu pela baixa parcial, basicamente, pela não recuperabilidade dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias relativas ao ágio da Dudalina no montante de R\$623.800. **iii) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** A tabela abaixo faz referência aos ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Em milhares de Reais	Valor	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	352.214	119.753

30. Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Para o exercício corrente, a divulgação do valor justo dos passivos de arrendamento não é requerida.

Ativos e passivos consolidados 31 de dezembro de 2020	Valor contábil				Valor justo	
	Valor justo por meio de ativos financeiros	Ativos passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Nível 2
Em milhares de Reais	Nota	Resultado	Amortizado	Total	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	8	52.867	-	52.867	52.867	
Títulos e valores mobiliários	8	11.231	-	11.231	11.231	
Cientes - Administradora de cartões de crédito	9	56.369	-	56.369	56.369	
		120.467	-	120.467	120.467	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa	8	-	815	815	-	
Bancos em moeda nacional	8	-	2.532	2.532	-	
Contas a receber de clientes	9	-	80.854	80.854	-	
		-	84.201	84.201	-	

Passivos financeiros mensurados ao valor justo	Valor contábil				Valor justo	
	Valor justo por meio de ativos financeiros	Ativos passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Nível 2
Em milhares de Reais	Nota	Resultado	Amortizado	Total	Nível 2	Nível 2
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Debêntures	16	-	1.469.943	1.469.943	1.466.458	
Fornecedores	17	-	116.160	116.160	116.160	
Outras contas a pagar		-	10.158	10.158	-	
Arrendamento	20	-	166.999	166.999	166.999	
		-	1.763.260	1.763.260	1.729.617	

Ativos e passivos consolidados 31 de dezembro de 2019	Valor contábil				Valor justo	
	Valor justo por meio de ativos financeiros	Ativos passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Nível 2
Em milhares de Reais	Nota	Resultado	Amortizado	Total	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	8	463.034	-	463.034	463.034	
Títulos e valores mobiliários	8	10.796	-	10.796	10.796	
Cientes - Administradora de cartões de crédito	9	4.506	-	4.506	4.506	
		478.336	-	478.336	478.336	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa	8	-	907	907	-	
Bancos	8	-	3.265	3.265	-	
Contas a receber de clientes	9	-	78.344	78.344	-	
Outros créditos a receber		-	15.484	15.484	-	
		-	98.000	98.000	-	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	15	-	286.109	286.109	286.751	
Debêntures	16	-	986.653	986.653	987.675	
Fornecedores	17	-	317.793	317.793	-	
Mútuo a pagar - Partes Relacionadas		-	50.018	50.018	-	
Outras contas a pagar		-	7.796	7.796	-	
Arrendamento	20	-	209.053	209.053	209.053	
Dividendos a pagar		-	29	29	-	
		-	1.857.451	1.857.451	1.483.479	

Ativos e passivos consolidados 31 de dezembro de 2019	Valor contábil				Valor justo	
	Valor justo por meio de ativos financeiros	Ativos passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Nível 2
Em milhares de Reais	Nota	Resultado	Amortizado	Total	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	8	463.034	-	463.034	463.034	
Títulos e valores mobiliários	8	10.796	-	10.796	10.796	
Cientes - Administradora de cartões de crédito	9	4.506	-	4.506	4.506	
		478.336	-	478.336	478.336	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa	8	-	907	907	-	
Bancos	8	-	3.265	3.265	-	
Contas a receber de clientes	9	-	78.344	78.344	-	
Outros créditos a receber		-	15.484	15.484	-	
		-	98.000	98.000	-	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	15	-	286.109	286.109	286.751	
Debêntures	16	-	986.653	986.653	987.675	
Fornecedores	17	-	317.793	317.793	-	
Mútuo a pagar - Partes Relacionadas		-	50.018	50.018	-	
Outras contas a pagar		-	7.796	7.796	-	
Arrendamento	20	-	209.053	209.053	209.053	
Dividendos a pagar		-	29	29	-	
		-	1.857.451	1.857.451	1.483.479	

(I) Mensuração do valor justo: **a. Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:** As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs

não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo		
Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Aplicações financeiras	Aplicações financeiras em CDBs remuneradas pela variação do CDI, com taxas que variavam de 65% a 145% do referido índice. Não são vendidas e são liquidadas diretamente com a contraparte, de modo que o valor contábil apresentado consiste numa aproximação razoável do valor justo	Não aplicável.
Cientes - Administradoras de cartões de crédito	A Companhia tem como política descontar estes recebíveis junto a instituições financeiras. Por este fato, o modelo de negócios aplicável é o de negociação constante dos recebíveis no curto prazo. O valor justo é obtido pela aplicação do desconto em relação ao valor de face dos recebíveis negociados com as instituições financeiras.	Taxa de desconto.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo		
Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Taxa de desconto.

O valor justo dos saldos de contas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores, mútuos a pagar e outras contas a pagar são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos". **(ii) Gerenciamento dos riscos financeiros:** A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito (veja (c)(iii)); Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e Risco de mercado (veja (c)(iv)). **(iii) Estrutura de gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Diretoria Financeira é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Diretoria reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **(iv) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. **Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito é determinada somente em escala nacional ("B") para caixa equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

Consolidado	31/12/2020
Rating Nacional de AAA até A	55,013
Rating Nacional A- até B-	12,432
	67,445

Contas a receber de clientes: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria. A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação da Diretoria Financeira. A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. Apesar disso, a Companhia monitora constante e consistentemente seus índices de inadimplência, porém no exercício de 2020 devido à incerteza causada pela pandemia da Covid-19 a Companhia reconheceu uma provisão para perda esperada, conforme mencionado na nota explicativa 9. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por região geográfica era:

Consolidado	31/12/2020	31/12/2019
Brasil	137.168	82.844
Estados Unidos	55	6
Total	137.223	82.850

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por tipo de contraparte era:

Consolidado	31/12/2020	31/12/2019
Clientes no atacado	80.854	78.344
Clientes no varejo	56.369	4.506
	137.223	82.850

(v) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores") para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Fornecedores e outras contas a pagar". Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2020	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	1 ano	1 a 2	2 a 5 anos
Em milhares de Reais					
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Debêntures	1.469.943	1.772.095	27.375	152.981	1.591.739
Fornecedores	116.160	116.160	116.160	-	-
Outras contas a pagar	10.158	10.158	10.158	-	-
Arrendamentos	166.999	191.379	69.527	52.847	62.760
	1.763.260	2.089.792	223.220	205.828	1.654.499

A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. Conforme divulgado na nota explicativa 16, a Companhia possui debêntures sem garantia que contêm cláusulas de vencimentos antecipados. O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais pode exigir que a Companhia pague tais operações antes da data indicada na tabela acima. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado. **Risco cambial:** O risco cambial é decorrente de operações comerciais atuais e futuras, geradas principalmente pela importação

de mercadorias denominadas em dólar norte americano e captação de empréstimos em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano (USD)). **Exposição ao risco cambial:** Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado a Administração está apresentado abaixo:

Em milhares de Reais	31/12/2020		31/12/2020	
	RS	USD	RS	USD
Fornecedores em moeda estrangeira	(2.889)	(568)	(3.178)	(789)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(2.889)	(568)	(3.178)	(789)
Exposição líquida	(2.889)	(568)	(3.178)	(789)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas

	Taxa média		Taxa de fechamento	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Real				
BRL x 1 USD	5,0863	3,9455	5,1967	4,0301

Sensibilidade a taxa de câmbio: Para definição da cotação do dólar utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro "B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão" de acordo com a data base da próxima divulgação.

	Saldo em 31/12/2020		Cenário Possível 25%		stress 50%	
	RS	RS (i)	RS (i)	RS (i)	RS (i)	RS (i)
Ativos financeiros - Moeda Estrangeira	137	149	152	154	154	154
Fornecedores - Moeda Estrangeira	(2.924)	(3.173)	(3.236)	(3.297)	(3.297)	(3.297)
Exposição Líquida (i)	(2.787)	(3.024)	(3.084)	(3.143)	(3.143)	(3.143)

(i) Corresponde ao valor adicional de (despesa) ou receita, líquida, que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2020. **(vi) Risco de taxa de juros:** O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e debêntures. A política da Companhia é de manter 100% de seus empréstimos no mercado de debêntures, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI e, também, com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Co base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus taxas vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou